

# Parlamentaristas estão divididos entre 4 e 5 anos

BRASÍLIA — Enquanto o Governo contava quase 60 votos em favor dos cinco anos de mandato, os constituintes dos grupos "progressista" do PMDB e "moderno" do PFL se dedicaram ontem a um verdadeiro corpo-a-corpo no plenário da Sistematização, em busca de votos para os quatro anos. Já os 57 parlamentaristas da Comissão estavam divididos numa questão: o parlamentarismo pode ser inviabilizado com quatro ou cinco anos de mandato para o Presidente Sarney?

— Os cinco anos enfraquecem o parlamentarismo no plenário. Os quatro são mais estratégicos para negociar. Eu também não acho bom eleição no ano que vem — disse o Senador José Richa (PMDB-PR).

— Os quatro anos aumentariam a pressão dos presidencialistas sobre a Constituinte. No plenário, com as campanhas na rua, o regime mudaria para presidencialismo — foi o argumento usado por vários parlamentaristas.

O Deputado Cid Carvalho (PMDB-CE) não vê possibilidade de acordo: "Os dois grupos estão divididos e não há entendimento", disse.

Outro problema é a data de implantação do novo sistema. Carlos Chiarelli (PFL-RS) acha que o parlamentarismo imediato está praticamente descartado. O mesmo pensa Jorge Hage, mas ressalva:

— Do jeito que vai, vamos ter que escolher no plenário entre os quatro anos e o parlamentarismo. Ou seja, ou resolvemos um problema conjuntural ou um estrutural.

José Richa alega que o parlamentarismo adotado imediatamente não frustraria a população, que quer eleições diretas.

— O parlamentarismo a partir de março mudaria o Governo. O povo não quer eleição, quer é mudança de Governo — defendeu.

Se passar o parlamentarismo-já, alguns parlamentaristas estão pensando em votar os seis anos, como Mendes Thame (PFL-SP): "Com parlamentarismo imediato, voto seis anos. Cinco anos, nunca".

A divisão dos 36 presidencialistas é mais incontornável ainda. Os dois do PT e os três do PDT votam quatro anos. A questão do regime é doutrinária. Os restantes apoiam, em sua maioria, o Presidente Sarney. Por isso, votarão nos cinco anos.

Na busca aos votos pelo grupo que vota quatro anos, destacavam-se ontem os Deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) e João Hermann (PMDB-SP), que gastaram quase uma hora tentando convencer Francisco Pinto (PMDB-BA) a mudar o voto. No fim da tarde, Hermann disse que ainda não tinham convencido, mas garantiu que o fariam à noite.

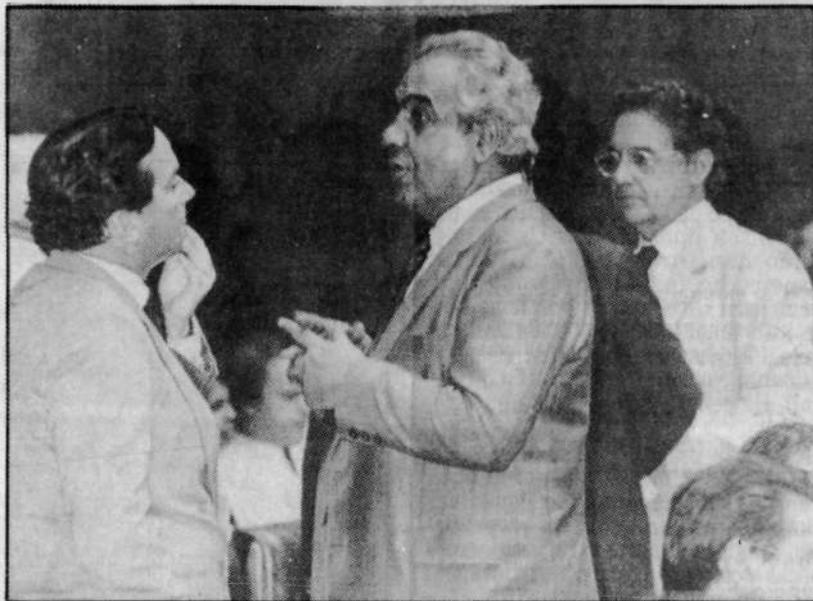
O Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), também visado, chegou a "balançar" quando lhe disseram que o Governador Orestes Quércia defendia quatro anos.

Na dúvida se vota quatro ou cinco anos, Fernando Gasparian (PMDB-SP) consultou Ulysses Guimarães. Segundo um dos parlamentares envolvido na articulação pelos quatro anos, Ulysses o teria liberado a votar com sua consciência.

Fernando Lyra chegou a telefonar ao Governador da Bahia, Waldir Pires, para que ajudasse a convencer Francisco Pinto, Celso Dourado, Virgildásio de Senna e Mário Lima, todos da bancada baiana. Jorge Hage (PMDB-BA) afirmou, no entanto, que Waldir não mexerá um dedo para alterar os votos dos baianos, pois apoia os cinco anos. Dos governadores, o único a trabalhar pelos quatro anos é Miguel Arraes.

No PDS, o ex-Ministro Jorge Bornhausen garantia que conseguira o voto de seu primo, Deputado Konder Reis, para os quatro anos. Outro Deputado, Adilson Mota (RS), estava furioso com a posição dos seis integrantes do Partido na Sistematização, favoráveis aos cinco anos e prometeu divulgar hoje uma nota esclarecendo que a posição das bases do partido é por eleições em 88.

— Vamos divulgar uma nota para mostrar a nossa posição. Eu sou pelos três anos e meio — disse Adilson.



Richa (ao centro) fala com Bornhausen observado por Fernando Henrique

## Quércia condena atitude de retaliação

BRASÍLIA — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia, condenou ontem qualquer atitude de retaliação do Governo contra os constituintes que votarem pelos quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney e recusou-se a pressionar a bancada paulista para que defenda o mandato de cinco anos e o presidencialismo.

Quércia almoçou com o Presidente Sarney, no Alvorada, e à saída afirmou que o Presidente não confirma nem comenta a posição anunciada pelo ex-Porta-Voz, Frota Neto, de considerar um rompimento pessoal e uma declaração de guerra o voto pelos quatro anos. Mas, segundo o Governador, o Presidente não tem o direito de exigir que um Deputado "vote desse ou daquele jeito".

Garantiu que Sarney não fez tal declaração e que os deputados e senadores que votarem pelos quatro anos "merecem a mesma considera-

ção". Em relação à bancada paulista, Quércia foi taxativo: "Na bancada existem posições definitivas dos parlamentares e não há intenção de influenciá-los".

O Governador, no entanto, disse partilhar da confiança do Presidente Sarney de que a maioria votará por um mandato de cinco anos. Quércia acha ainda que os Governadores, em sua maioria, preferem esta solução, "porque têm responsabilidades a nível nacional também".

Insistiu na necessidade de, uma vez promulgada a Constituição e finda a transição, Sarney permanecer mais um ano no poder, "para que o Governo possa trabalhar". Afirmou que o Presidente Sarney demonstra plena confiança num resultado favorável neste domingo e que vai conseguir superar a crise política depois que for promulgada a nova Constituição, quando as regras estarão claras.

## Negociações esbarram em Costa Couto

BRASÍLIA — Fracassou a tentativa dos parlamentaristas de reabrir negociações com o Presidente José Sarney em torno do sistema de Governo, a partir de uma reunião com o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, realizada ontem pela manhã, no gabinete do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Um acordo poderia abrir caminho para a aprovação do mandato de cinco anos, mas Costa Couto reafirmou que Sarney continua sustentando o presidencialismo.

Diante do resultado da reunião, classificada como inócua pelo Deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), ganhou força, na avaliação do Senador José Richa (PMDB-PR), sua tese de aprovar o mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização como forma de forçar o Presidente a negociar o sistema de Governo no plenário. No final do encontro, Richa dirigiu-se a Costa Couto e explicou a sua posição:

— Defendo os quatro anos por uma questão estratégica. Assim, poderemos negociar depois. Não tenho nada pessoal contra o Presidente.

Também participaram da reunião os peemedebistas Senador Nelson Carneiro e Deputados Egidio Ferreira Lima, Antônio Brito, Artur da Távola, Mário Lima e Virgildásio de Senna, o articulador do encontro. Eles disseram ao Ministro que o parlamentarismo é a melhor alternativa para enfrentar a crise política e econômica vivida pelo País.

Os parlamentaristas defenderam a implantação do novo sistema a partir de março do ano que vem. A questão do mandato do Presidente Sarney ficaria para um segundo plano, podendo o grupo parlamentarista apoiar os cinco anos. Apenas o Senador Fernando Henrique Cardoso demonstrou pessimismo em relação à possibilidade de um acordo.

— Não acredito mais em acordos

com Sarney. Além disso, tais acordos não são cumpridos — disse ele ao Ministro Costa Couto.

O Deputado Francisco Pinto deixou a reunião desanimado, comentando que as negociações não tinham evoluído:

— O incrível é que o Ministro não tem propostas. Apenas ouviu nossos argumentos, lembrando que não estava credenciado para negociar. Foi uma conversa na frente do espelho. Quando falou, ele repetiu os velhos argumentos em favor do presidencialismo, como inexistência de partidos fortes, burocracia despreparada etc.

Já o Deputado Artur da Távola encarou a reunião como abertura de um caminho para futuras negociações com o Presidente Sarney. Ele lembrou que o entendimento vinha sendo dificultado por declarações agressivas por parte do Palácio do Planalto, inclusive do próprio Sarney.

— A reunião com Costa Couto foi o primeiro passo para um acordo, embora não tenha sido conclusiva — disse Távola.

Após o encontro, o Chefe do Gabinete Civil procurou aparar as arestas entre o Presidente Sarney e a Constituinte, tendo afirmado:

— O Governo reconhece a soberania da Constituinte e sabe que cada um de seus membros vai decidir de acordo com a sua consciência.

Ele lembrou, entretanto, que "o Presidente também tem o direito de expor a sua opinião". Em seguida, reafirmou a posição do Governo em favor do presidencialismo com cinco anos de mandato e apresentou os argumentos de Sarney:

— Em 1988, teremos um ano legislativo cheio, com a reformulação da legislação ordinária, a elaboração da legislação complementar e a elaboração das Constituições Estaduais. Além disso, os cinco anos permitiriam um melhor encaminhamento das questões na área externa.